

**CONJUNTURA /** A Medida Provisória 735, publicada ontem, altera diversas leis do setor elétrico para agilizar a desestatização de concessionárias, limita o aporte de União na Eletrobras em R\$ 3,5 bilhões e retira da estatal a gestão de dois fundos setoriais

# Governo facilita privatização

» SIMONE KAFRUNI

O governo deu o primeiro passo para privatizar as estatais do setor elétrico e tentou blindar os gastos da União com a Eletrobras com a Medida Provisória 735, publicada ontem pelo presidente interino, Michel Temer. A nova norma altera trechos de diversas leis e regulamentações, limita o aporte do Tesouro em R\$ 3,5 bilhões até 2017 na Eletrobras e retira da estatal a gestão dos recursos de dois fundos setoriais. A medida facilita a transferência do controle de empresas elétricas para a iniciativa privada. A desestatização deve começar pela Celg, na qual o governo federal é sócio do estado de Goiás.

A MP 735 corrige regras da MP 706/2015 que foram vetadas na quarta-feira passada. Como estava, a 706 beneficiaria apenas as concessionárias da Eletrobras localizadas no Norte do país, que usam energia termelétrica. Antes, o socorro previsto às distribuidoras era de R\$ 10 bilhões. Com o novo texto, o governo limita o aporte na Eletrobras em R\$ 3,5 bilhões até 2017 para cobrir gastos com combustível. Os repasses, segundo a MP, estão "sujeitos à disponibilidade orçamentária e financeira".

Para o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, o governo blindou os gastos da União com o setor elétrico. "Limita o valor de repasse e determina que, se os custos com combustível das subsidiárias do Norte passarem de R\$ 3,5 bilhões, o resto vai para a tarifa", explicou.

A MP ainda tira da Eletrobras a responsabilidade pelos recursos de dois fundos e determina que, a partir de 1º de janeiro de 2017, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ficará responsável pela gestão da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Claudio Sales,

presidente do instituto Acende Brasil, considerou a medida necessária. "Há muitos anos, isso gerava um conflito de interesses gigantesco. Manter a Eletrobras como gestora dos fundos, sendo ela a principal beneficiária, era inadequado. Tirando a gestão da estatal, os fundos ficam distantes do uso político", destacou.

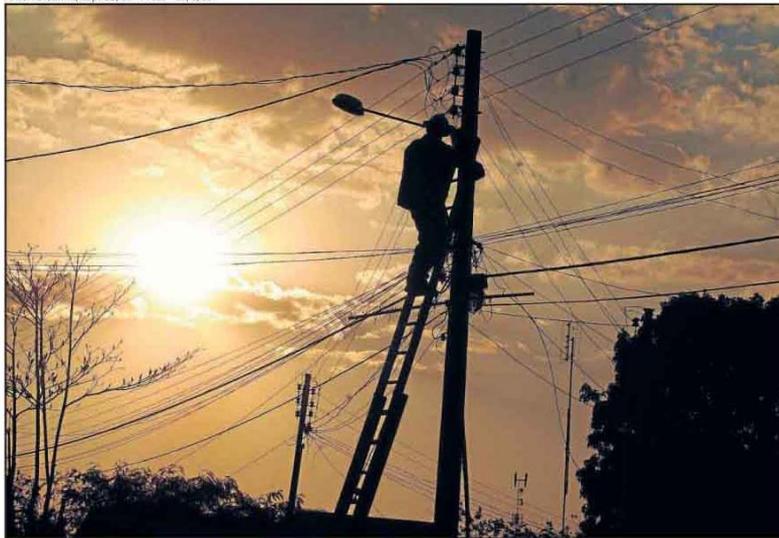
Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), compartilha da mesma opinião, de que a retirada da gestão dos fundos da Eletrobras foi uma medida altamente positiva. "Isso é coerente, porque a Eletrobras tem que focar nas suas operações. A obrigação passa para outra entidade. É bom separar quem arrecada, quem recebe e quem gere", comentou.

A MP 735 também determinou que a CCEE, e não mais a Eletrobras, fará a análise de projetos e contratos de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional que poderão receber recursos. João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, avaliou a mudança como positiva. "A CCEE é uma organização autônoma, com gestão mais transparente", disse.

## Flexibilização

O texto ainda flexibiliza metas para facilitar a privatização de distribuidoras da Eletrobras, como a Celg, cujo leilão deve ocorrer em agosto ou setembro. A ideia é tornar o negócio mais atrativo e reduzir a percepção de risco do investidor. Contudo, o preço mínimo de venda da Celg, de R\$ 2,8 bilhões, não deve ser alterado. "O desafio da privatização é enorme. A Celg não vale R\$ 2,8 bilhões. O governo terá que garantir mais segurança ao investidor. As estatais foram destruídas, vai ser difícil estabelecer um valor para elas", alertou Sales, do Acende Brasil.

Antônio Cunha/Esp. CB/D.A Press - 27/6/16



Com serviços precários, a distribuidora de Goiás, Celg, vai a leilão em setembro e o preço mínimo é de R\$ 2,8 bilhões

## Medidas insuficientes para o setor

Os especialistas consideraram positivas as mudanças promovidas pela MP 735, publicada ontem pelo governo, porém insuficientes para corrigir as distorções que o setor elétrico sofreu nos últimos anos porque as regras se restringem ao sistema Eletrobras. O nome de Wilson Ferreira Jr., indicado pelo governo para presidir a estatal, no entanto, agradou ao mercado. Ferreira estava há 18 anos no comando da elétrica CPFL Energia e deve deixar o cargo de CEO em 1º de julho.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, Wilson Ferreira terá muito trabalho para tentar arrumar a casa. "A Eletrobras foi muito afetada pelo uso político e a MP publicada

hoje (ontem) corrige problemas criados recentemente pela MP 706, que distribuía benesses e incentivos para as subsidiárias da Eletrobras, premiando a ineficiência dessas empresas, que vinham causando prejuízos bilionários para os consumidores", argumentou.

A Eletrobras chegou a afirmar que precisaria de, no mínimo, R\$ 7 bilhões para bancar as distribuidoras até o fim de 2017. A MP 735 limitou o valor a R\$ 3,5 bilhões. Para o gerente de regulação da Safira Energia, Fabio Cúberos, as medidas se limitam a corrigir erros na Eletrobras, onde é "mais fácil ocorrer desvios". "O setor precisaria de muito mais, porém já é um começo", disse.

João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, alertou que algumas regras sinalizam aumento de tarifas lá na frente. "Não nos agradou por conta de futuros aumentos na tarifa, mas o governo tem que enfrentar o problema de frente. A MP foi muito focada na Eletrobras e a escolha do novo gestor, Wilson Ferreira, foi boa. Ele é um bom executivo. Mas precisamos de muito mais", assinalou.

Mello explicou que a medida tem a finalidade de facilitar as privatizações. "Mas precisamos de um cenário de segurança regulatória para atrair investidores. E, sobretudo, saber o que vai ocorrer com a questão política. É difícil acontecer algo antes da definição do impeachment", estimou.